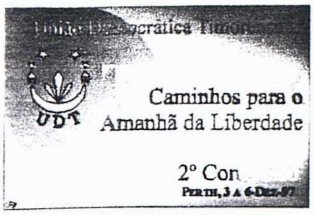
TL42 92

União Democrática Timorense

Partido Político Timorense
Fundado em Díli a 11/Maio/1974


União Democrática Timorense
UDT
Caminhos para o
Amanhã da Liberdade
2° Con
Perth, 3 a 6-Dez-97

II CONGRESSO NACIONAL

Perth, 3 a 6 de Dezembro de 1997

Relatório Final

Este Relatório Final do II Congresso Nacional da UDT contém 37 páginas numeradas e distribuídas pelos seguintes Capítulos:

- **Capít. I - Notas Introdutórias ao Congresso**
- **Capít. II - Relatórios de Actividades da Direcção Nacional cessante**
- **Capít. III - Conclusões do Congresso**
- **Capít. IV - Outras Moções aprovadas**
- **Capít. V - Eleição dos Órgãos Nacionais - CSP e CJN**
- **Capít. VI - Notas Finais**
- **Capít. VII - Listas de inscritos no Congresso**

Macau, 27 de Dezembro de 1997

O Presidente da Mesa do Congresso

Eduardo Massa

II CONGRESSO NACIONAL
Perth, 3 a 6 de Dezembro de 1997

RELATÓRIO FINAL

I NOTAS INTRODUTÓRIAS AO CONGRESSO

1.1 Introdução

O II Congresso Nacional da União Democrática Timorense - UDT realizou-se no Noalimba Convention Center em Perth, na Austrália, de 3 a 6 de Dezembro de 1997. Estiveram presentes e participaram nos trabalhos 74 delegados vindos das mais variadas partes do globo, tendo-se a lamentar a ausência de sete delegados de Portugal impossibilitados de participar por lhes ter sido recusado o visto de entrada pelas autoridades australianas. Não compareceram também, por outros motivos, um delegado de Moçambique, um de Portugal e alguns de Timor.

Para uma maior economia de tempo, todos os delegados ficaram alojados no próprio Centro de Convenções de Noalimba.

As sessões diárias de trabalho realizaram-se, na sua generalidade, entre as 08 horas da manhã e as 02 da madrugada, apenas com dois intervalos para refeições.

1.2 Sessão de Abertura

Com início às 11 horas, a anteceder a cerimónia oficial de abertura, foi celebrada uma Missa, no próprio salão do Congresso, em memória de todos os udetistas falecidos, uma homenagem espiritual de todos os delegados e observadores.

Em seguida, elementos do grupo de danças tradicionais Maun Alin conduziram os membros do Conselho Superior Político (CSP) e do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) ao salão do Congresso aonde o hino da UDT, cantado pelos delegados enquanto era içada a bandeira do partido, precedeu a formal abertura deste II Congresso Nacional feita pelo Presidente do partido, Eng. João Viegas Carrascalão.

1.3 Excertos do discurso de abertura do Presidente cessante

No seu discurso, o Presidente começa por se dirigir aos delegados em Tétum, anunciando que o Português é a língua oficial que a UDT defende para um Timor independente e que será a do Congresso, e apela aos delegados recentemente vindos de Timor, fugidos de barco, que se juntem aos restantes militantes na preservação dos princípios da UDT na busca de caminhos para a independência de Timor.

Depois de saudar igualmente os convidados e de dar as boas vindas a todos os delegados já na língua de Camões, o Presidente elogia o trabalho aturado e de planeamento meticuloso levado a cabo pela organização do Congresso e, referindo-se à decoração da sala, afirma:
"Os recursos humanos (utilizados) são exclusivamente nossos e o milagre fez-se. Não serei temerário se afirmar categoricamente que a organização do Congresso está de parabéns e todo o partido está orgulhoso perante este resultado que aqui todos podem apreciar."

Manifesta, em nome da UDT, o profundo agradecimento *"pelo facto de Portugal estar atento ao cumprimento dos seus deveres históricos e, portanto, intervir em todas as instâncias que a oportunidade lhe permite. Perante vários cantos da sereia, Portugal não se deixou embalar por ela porque tem consciência do profundo significado de duas décadas de luta do povo timorense contra a invasão indonésia"*.

Ainda agradecendo, afirma:
"A Sua Excelência o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República de Portugal, ao Governo de Portugal e ao seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, o nosso mais profundo agradecimento por oficialmente se associarem a este nosso II Congresso Nacional, e expressamos o nosso mais profundo respeito e gratidão."

Agradecendo igualmente o apoio de várias entidades portuguesas, o Presidente expressa publicamente quão penhorada está a UDT *"à amizade e solidariedade do bom e generoso povo português pois que em momento algum as gentes de Portugal deixaram de sentir o sofrimento do povo timorense. De igual modo, em momento algum a UDT teve dúvidas sobre o genuíno interesse do povo português em relação a Timor. Em momento algum a UDT duvidou do apoio do povo irmão de Portugal"*.

João Carrascalão enaltece o povo australiano que sempre deu provas de gratidão pelo apoio dos timorenses na II Grande Guerra e agradece ao povo australiano a guarida agora dada aos timorenses, e manifesta tristeza pela ausência de 7 delegados residentes em Portugal a quem o Governo Federal Australiano, *"em inqualificável acto de injustiça, negou o visto de entrada na Austrália para participarem no Congresso"*. Agradecendo a várias entidades australianas pelo seu apoio, realça os Democratas Australianos que junto do Senado exigiram do Governo uma explicação pela recusa destes vistos.

Reconhecendo o desinteressado contributo das ONGs à causa de Timor que, sem nela se imiscuírem, deixam aos timorenses a liberdade de defenderem os valores, princípios e projectos políticos em que acreditam, afirma:

"Timor livre do invasor indonésio não vai querer ficar sujeito a outros totalitarismos porque sabe na pele quanto custa a liberdade! Aos que do nosso querido Timor vieram, peço que transmitam a S. Ex^{as}. Rev^{as}. os Bispos D. Carlos Filipe Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento a nossa mais profunda admiração pela coragem e determinação que têm demonstrado na defesa e apoio espiritual e material dos direitos do nosso povo, admiração essa extensiva a todo o clero timorense.

Ao Comandante Konis Santana, expressem o nosso mais profundo respeito por todos aqueles que no mato se sacrificam por um ideal que é de todos nós: o direito à autodeterminação do povo de Timor. Transmitam que registamos com muito respeito a coragem intelectual de Konis Santana que, depois de crítica imediatamente feita pela UDT, se consciencializou do erro cometido em relação ao estatuto político de Porto Rico e soube reconhecer publicamente o seu erro."

1.4 Preparativos para início dos trabalhos

Ao abrigo do Art° 14° dos Estatutos, o Secretário Geral cessante apresentou, em nome do antigo CSP, a seguinte proposta para constituição da Mesa do Congresso a qual, única a concurso, foi eleita sob a coordenação do Secretariado do Congresso:

Presidente da Mesa - Eduardo Massa
Vogais - Carolina Nascimento Ferreira e José Barreto Martins

Traçadas algumas linhas para orientação das sessões de trabalho durante o Congresso, a Mesa apelou ao bom senso e espírito de abertura dos delegados para o sucesso do Congresso e recordou que todos os titulares de órgãos nacionais do partido haviam cessado as suas funções a partir da Sessão de Abertura para que o Congresso ficasse apenas composto por delegados.

De seguida, a Mesa passou à aprovação da Agenda de Trabalhos apresentada pelo Secretariado do Congresso (WP001) a qual, sem que tenha havido quaisquer propostas de alteração, foi aprovada por unanimidade. Foram então referidas as sessões que eram Reservadas a delegados e observadores, sendo as restantes abertas a todos.

Nota - No início dos trabalhos do dia 4, Manuel Carrascalão Jr. foi eleito para vogal da Mesa por impedimento físico de Carolina Ferreira.

II RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES da Direcção Nacional cessante

2.1 Do Presidente do CSP, João Carrascalão

Começando por referir que dera o máximo de liberdade para exigir o máximo de responsabilidade aos membros do CSP, o Presidente informou o Congresso ter criado 9 Departamentos Especializados em termos de áreas de necessidade em Timor, embora nem todos tenham sido dotados de responsáveis.

Aos 3 Vice Presidentes no exterior foram dadas as seguintes tarefas:

- Ao V.P. Zacarias da Costa foi entregue o departamento de Relações Internacionais, ficando simultaneamente responsável pela Europa e América;
- A V.P. Milena Pires, acumulando com a responsabilidade sobre a Austrália, ficou com a pasta da Mulher;
- Ao V.P. Francisco Nicolau foi dada a Administração Interna, pasta que lhe dava a supervisão do partido.

Com o I Congresso do partido realizado em Lisboa em Dezembro de 1993, a nova Direcção veio resolver a questão da dita Comissão Política que se autoproclamou de nacional.
A comunicação entre os membros do CSP, difícil no início, perante o grande esforço feito, tornou-se mais exequível à medida que os meios utilizados foram melhorando, incluindo as com o Interior.

Perante directrizes por si próprio traçadas, o Presidente do CSP ficou directamente responsabilizado pelo acompanhamento dos encontros entre os MNE de Portugal e da Indonésia, cabendo ao Dr. Zacarias o acompanhar de todos os outros eventos no campo dos Negócios Estrangeiros. Quanto às outras pastas, foi dada liberdade de acção aos responsáveis nomeados.

Apesar de não lhe caber essa tarefa, criou algumas Comissões Ad-Hoc para formarem as Direcções Regionais mas infelizmente, embora com algum atraso, apenas WA conseguiu fazer o recenseamento e eleger a sua Direcção Regional.
No NT continua a mesma Comissão Ad-Hoc mas cada vez mais reduzida.
No estado de Victória não houve recenseamento e foi recentemente criada uma nova Comissão Ad-Hoc, ainda em funcionamento.
Em NSW, o então eleito Comité Regional acabou por deixar de funcionar e apenas conta hoje com um elemento na sua direcção, não existindo, por isso, uma Direcção Regional.
O corpo dos Conselheiros Políticos funcionou bem sempre que foram chamados a emitir opinião em questões de importância para o partido.

No âmbito das suas actividades, a V.P. Milena Pires organizou em Sydney o 1º Congresso da Juventude da UDT, que foi um sucesso. As suas resoluções não foram ainda postas em prática na sua plenitude por falta de meios mas lamenta-se a não realização do seu 2º Congresso.

Alguns dos nossos parceiros políticos tentaram criar clivagens entre membros da Presidência porque lhes importava destruir a grande coesão da UDT na sua actuação, o que a tornava forte, assim como competente e justa nas suas tomadas de decisão.
A presidência do CSP soube sempre confrontar os vários MNE de Portugal logo que os interesses da UDT eram postos em causa.

A amiudada ausência de casa, chegando a estar 2 meses consecutivos fora com todos os prejuízos especialmente financeiros que tais situações acarretavam, era a prova da inúmera actividade existente. Este tipo de sacrifícios era exigido a muitos outros elementos da direcção cessante.

Internacionalmente, a situação alterou-se em relação à UDT e a sua implantação foi aumentando para hoje o seu reconhecimento ser cada vez maior. Em alguns casos, *"a UDT teve que ir à rua defender aqueles que antigamente nos apelidavam de fantoches"* mas que hoje reconhecem não poder a questão de Timor viver sem a UDT.

Agradecendo a todos os membros do CSP cessante a assistência prestada nestes 4 anos de mandato, o Presidente manifesta a sua confiança no futuro porque a direcção é jovem, inteligente e determinada.

2.2 Do Vice Presidente Zacarias da Costa

Na apresentação verbal do Relatório das suas actividades referiu que, em Janeiro de 1994, logo após a sua eleição para V.P. do CSP, lhe foi confiada pelo Presidente do partido a chefia do departamento de Relações Internacionais, cargo esse que aceitou principalmente pelos desafios que lhe eram colocados.

No seu Relatório, mais do que relatar apenas os acontecimentos, pretende salientar o porque da participação da UDT nas instâncias internacionais e a importância das várias iniciativas e dos organismos neste processo político e diplomático timorense.

Em 94, com a partida para Macau do V.P. Francisco Nicolau e do VSG Eduardo Massa, ficou a coordenar também a DRP e em 95 passou a acumular com a de Representante permanente da Resistência Timorense junto da União Europeia, ficando a residir em Bruxelas.

O departamento de Relações Internacionais será talvez o mais sensível e importante para o partido e, perante o momento da nossa luta, será necessário potenciá-lo ainda mais para assim "saber exactamente em que pontos sensíveis, a nível internacional, a UDT poderá cada vez mais afirmar a sua diferença, afirmar a sua posição e, naturalmente, dizer claramente a todos que a UDT existe, o partido existe e que tem um projecto político para Timor".

Reafirmando a sua falta de experiência no início e o momento conturbado em que o partido vivia, principalmente em Portugal carecendo de reconstruir toda a sua imagem, eram muitos os desafios mas também muitas as dificuldades.

Para um maior sucesso do Departamento de Relações Internacionais, considera que o seu responsável deve trabalhar a tempo inteiro, ter capacidade de se movimentar com muita liberdade e ter uma grande capacidade de gestão de um variado leque de contactos a nível internacional.
Sem orçamento definido, sem equipa de trabalho e sem apoio de bastidores, as dificuldades a superar foram grandes e foi para se adaptar a todas as realidades que teve que aumentar os seus conhecimentos das línguas inglesa e francesa.

As perspectivas e as melhores condições existentes permitem que o futuro responsável pelo departamento possa exercer melhor o seu trabalho.

Em termos de actividades salientou em 1º lugar as actividades no âmbito das Nações Unidas: a Comissão de Direitos Humanos e a sua Sub-Comissão, o Comité Especial de Descolonização da ONU, os Seminários Regionais organizados no âmbito da Comissão Especial de Descolonização nas Caraíbas e no Pacífico, e as Assembleias Gerais da ONU.

A nível de seminários regionais no âmbito do Comité Especial de Descolonização, têm sido os dirigentes da UDT a representar Timor, sendo nalguns casos por indicação de Portugal e confirmada pelas Nações Unidas.

Depois do I Congresso a UDT tem estado sempre presente na Comissão de Direitos Humanos, dado que o debate da questão de Timor a nível da ONU tem-se desenvolvido mais em Genebra nesta Comissão e na sua Sub-Comissão do que em Nova Iorque.

Participou nas Assembleias Gerais da UNPO (Unrepresented Nations and Peoples Organization), de que Timor é membro permanente, e referiu a participação em vários encontros, reuniões e seminários internacionais.

Desde 1982 que a Assembleia Geral da ONU não debate a questão de Timor mas a presença da UDT tem sido constante nos últimos anos para contactos com Embaixadores, as delegações, os Comités Especiais, as 3ª e 4ª Comissões que se ocupam de Direitos Humanos e de Descolonização, e com os grupos de solidariedade. Ainda em Nova Iorque têm sido feitos inúmeros contactos com o Secretariado das Nações Unidas que acompanham a questão de Timor e a unidade da Ásia e Pacífico.

A UDT esteve também presente no Tribunal Internacional de Justiça durante o julgamento e leitura da sentença do caso de "Timor Gap".

2.3 Do Vice Presidente Francisco Nicolau

A prestação de assistência jurídica gratuita a conterrâneos tem sido a melhor forma de os cativar para a UDT.

Para além disso, vários colóquios em escolas e universidades marcaram a actividade em Portugal até Setembro de 1994, transmitindo a mensagem da UDT aos estudantes.

Como membro da Sociedade de Língua Portuguesa, promoveu vários encontros e debates com o Prof. Silvan sobre inúmeros temas de que destaca o termo "maubere" na análise da sua origem, natureza e evolução.

"A intervenção partidária deve começar nos círculos em que estamos inseridos", familiares, profissionais ou de lazer, afirmou Francisco Nicolau ao exemplificar toda a sua actividade enquanto em Portugal. Aí participou sempre activamente nas reuniões da Direcção Regional de Portugal (DRP), colaborou no Kaibauk e no Maun Alin, sendo ainda dirigente da ALTIC.

Fez referência a algumas participações feitas a nível internacional.

Em Macau a sua actividade política pautou-se pelas mesmas linhas e procurou lutar contra a influência de alguns pro-indonésios no meio local, ao mesmo tempo que aumentou os contactos com as entidades locais.

A Homepage da UDT na INTERNET é uma realidade que lançou fruto de um grande esforço e trabalho, infelizmente com pouca colaboração dos udetistas, e graças ao patrocínio de um amigo da causa.

A nível da INTERNET tem tentado esclarecer uma série de utilizadores sobre a questão timorense e referiu que a Universidade de Coimbra possui uma Página com alguns erros de palmatória sobre Timor, para além dessa mesma Página reflectir um lamentável sectarismo político.

Colaborou em diversos escritos públicos a coberto de pseudónimo.

Como advogado do Prémio Nobel da Paz Ramos Horta, surge aí como timorense mas também como dirigente da UDT.

Referiu ainda ter sido vítima de algumas tentativas de perseguição promovidas por pró-indonésios timorenses a nível de Tribunal e Associação de Advogados.

2.4 Da Vice Presidente Milena Pires

A sua nomeação para Vice Presidente do partido foi aceite com algum receio dada a sua inexperiência em cargos políticos.

Procurou cumprir com a responsabilidade que lhe foi atribuída pelo Presidente para coordenar todas as actividades do partido na Austrália até à sua saída para Bruxelas e passou depois a dedicar-se mais ao departamento especializado da Mulher, também atribuído pelo Presidente.

Este departamento foi criado depois da sua participação numa Conferência em Jacarta, conferência preparatória da Conferência Mundial que se ia realizar em Pequim, e após longa análise com o Presidente do partido. Este departamento surge por o partido reconhecer a existência de inúmeros problemas que afectam a Mulher timorense, especialmente perante depoimentos de mulheres timorenses recentemente saídas de Timor.

Para além de acompanhar mais em particular as necessidades ao tempo vividas em NSW, uma das prioridades que tomou após o I Congresso de Lisboa foi promover as eleições em cada estado da Austrália e hoje apenas WA tem a sua Direcção Regional eleita.

A falta de um plano estrutural e mais profissional para a sua coordenação das actividades na Austrália e as dificuldades de comunicação com os vários estados, a par de uma latente falta de tempo, contribuíram para diminuir a eficácia do seu trabalho.

Embora a UDT tenha sempre tido com princípio manter as portas abertas a todos os possíveis participantes e contribuintes dentro das nossas comunidades, incluindo o que respeita à Mulher, e tenha mantido uma política de mérito sem discriminação de sexos, a importância desta pasta especializada da UDT continua actual perante a própria cultura timorense que restringe a actuação e participação, em termos de igualdade, da Mulher timorense.

Em Sydney colaborou na fundação do East Timorese Women Forum, grupo criado para abranger mulheres de todas as tendências políticas mas que, devido a várias campanhas de desinformação, deixou de existir. Graças à formação deste grupo, duas mulheres da UDT participaram na Conferencia Mundial de Pequim, embora em nome do grupo.

Promoveu no Parlamento Europeu em Bruxelas, através da representação da Resistência Timorense, a realização de uma conferência sobre as mulheres em territórios ocupados e que contou com a participação de mulheres de várias etnias e com o testemunho vivo de uma mulher timorense.

Participou nalguns fóruns das Nações Unidas, nomeadamente no Comité de Descolonização em Nova Iorque e na Comissão de Direitos Humanos em Genebra, considerados importantes para o partido em termos de denúncia dos abusos sofridos pelas mulheres em Timor, principalmente por haver a oportunidade de denunciar todas essas violações.

Salientou a importância da participação da futura responsável pelo departamento da Mulher nas Assembleias Gerais da UNPO atendendo a que esta organização representa cerca de 100 milhões de pessoas. Considera que uma rede de Mulheres inserida nessa organização poderia ganhar grande peso político.

Em Setembro deste ano, consegue pela primeira vez que um grupo de mulheres timorenses fossem ouvidas por uma Relatora Especial das Nações Unidas para as questões das mulheres, a qual irá apresentar à Comissão dos Direitos Humanos, no próximo ano, um relatório sobre a violência praticada pelos estados, nele incluindo uma secção sobre as mulheres timorenses.

O sucesso de muitas das actividades deve-se ao facto de se ter feito o trabalho em "low profile", sem grande divulgação pela Comunicação Social mas apela à maior participação das mulheres dentro do partido e congratula-se com a presença de várias mulheres no Congresso.

2.5 Do Secretário Geral Domingos de Oliveira

Procurou cumprir as resoluções do I Congresso ao longo destes 4 anos de mandato, envidando todos os esforços para lançar e implantar as Direcções Regionais, mas infelizmente os responsáveis regionais tiveram pouco sucesso.

Quanto ao Interior, os contactos foram incentivados apesar de representar um esforço financeiro muito grande e resultar de muito sacrifício. Foram enviados para o Interior, apesar de muito tarde dadas as dificuldades de portadores, os Estatutos, resoluções e moção de estratégia saídos do I Congresso.

Salientando que as inúmeras dificuldades financeiras foram a maior causa do menos eficiente funcionamento do partido, acrescentou que a falta de motivação das bases trouxe mais obstáculos.

Agradece e louva a colaboração de toda a Presidência e de muitos outros, em especial do Vice-Secretário Geral, terminando com uma palavra de apreço especial para com os militantes do Interior.

2.6 Do Conselheiro Nacional António Nascimento

Nada teve a relatar ao Congresso em matéria de jurisdição por não ter recebido qualquer queixa ou relatório.

No entanto, fez referência aos seguintes factos:

1 - Perante acusações contra o Presidente João Viegas Carrascalão em tribunal de Sydney, o CJN manifesta a sua plena confiança na idoneidade moral do Presidente, reitera os princípios da presunção da inocência e lamenta que alguns especulem e tentem denegrir a figura do Presidente.

2 - Em referência às suspeitas sobre as actividades do Dr. Tilman que se diz da UDT, uma vez verificadas, podem levar à pena da sua expulsão do partido. O futuro CJN poderá iniciar o processo de averiguações.

2.7 Pedidos de esclarecimento à Direcção cessante

Em resposta a pedidos feitos, a Direcção Nacional cessante prestou esclarecimentos e elucidou os delegados quanto aos Encontros Intra-Timorenses na Áustria e quanto à participação da UDT na Comissão Coordenadora da Frente Diplomática (CCFD).

III CONCLUSÕES DO II CONGRESSO NACIONAL

3.1 Sobre as simbologias da UDT

Perante a vontade e anseio de militantes, manifestados através de alguns delegados presentes, numa explicação oficial do significado das cores e símbolos da bandeira da UDT, foi aprovada a seguinte

MOÇÃO:

"Na ausência de uma explicação oficial das cores da bandeira da UDT e tendo em conta a sua necessidade urgente, é criado o seguinte grupo de trabalho pelo Congresso para apresentar, ou ao Congresso ou a curto prazo, um documento contendo essa explicação:
- Domingos de Oliveira, Milena Pires, Gabriela Heard e Fausto Soares".

O Congresso decidiu não alterar os símbolos que compõem a bandeira do partido nem nela inserir qualquer outro.

Foi aprovado o pedido para se estudar a alteração da 1ª quadra do hino da UDT, mantendo-se inalterados o seu refrão e a 2ª quadra que traduz os objectivos do partido. A nova versão deverá ser posta à aprovação pelo próximo Congresso.

O Congresso reafirmou que o sinal "V" da UDT é feito com a mão esquerda e que este, em conjunto com o punho cerrado feito com a mão direita, simbolizam a unidade na luta entre a UDT e a Fretilin contra a Indonésia.
Igualmente identificou como símbolos do partido o Kaibauk, o sinal "V" e o termo Maun Alin.

3.2 Sobre as simbologias da Pátria

Considerando

- não ser ainda oportuno,
- não ser o Congresso de qualquer partido político o lugar próprio,
- que o Congresso de um partido político não tem, por si só, legitimidade para definir os símbolos da Pátria,
- que os símbolos nacionais deverão ser definidos por uma Assembleia Constituinte depois de um Timor autodeterminado pela Independência,

o Congresso da UDT rejeita inequivocamente a existência de qualquer símbolo representativo da Pátria Timorense que unilateralmente possa ter sido declarado porque o Povo de Timor ainda não se autodeterminou e só reconhecerá os símbolos que vierem a ser definidos por uma assembleia legítima e representativa do povo timorense, símbolos e denominações que sejam representativos de todos, aceites por todos e simbolizem a unidade do Povo.
Rejeita, por isso, qualquer símbolo e denominações que dividam os timorenses.

Enquanto Timor não se autodeterminar, a UDT defende que a bandeira portuguesa será a representativa de Timor porque Timor é um Território não-autónomo, sob administração portuguesa, e que a Portugal deve caber a oportunidade de terminar o processo de Descolonização interrompido há 22 anos pela brutal invasão indonésia.

O Congresso da UDT condena o facto de a Assembleia da República Portuguesa ter hasteado em Lisboa bandeiras da chamada RDTL aquando da atribuição do Prémio Nobel da Paz 1996, numa atitude considerada hipócrita do Governo Português pelas obrigações que ainda tem como Potência Administrante e por dever considerar a bandeira portuguesa como representativa de Timor.

DELIBERAÇÃO:

O Congresso deliberou criar uma Comissão para elaborar um documento que fundamente as razões políticas e jurídicas pelas quais a UDT não aceita a declaração unilateral da RDTL e consequentes bandeira e hino e nomeou os delegados Francisco Nicolau e António Nascimento para essa Comissão.

Foi constatada, no entanto, a necessidade de serem determinados símbolos que nos identifiquem e nos unam na luta, denominadamente quanto ao nome do Povo.

MOÇÃO:

Reafirmando a Moção aprovada no I Congresso e tendo em consideração que a Potência Administrante continua a ser Portugal e que o partido defende a inserção de Timor na CPLP, o Congresso reafirma a importância do português e confirma-o como língua oficial da UDT para Timor e, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade e importância do desenvolvimento e do ensino do Tétum em Timor e no exterior de Timor.

NOTA

Dada a ausência do seu autor para esclarecimento de dúvidas levantadas a partes do seu texto, o Congresso aprovou a proposta da Mesa para que a Moção, apresentada por João Paulo Esperança sobre a diversidade linguística e a definição das línguas oficial e nacional para Timor Oriental, fosse retirada como Moção e que, em consideração ao alto valor contido nesse documento e por todos reconhecido, fosse aceite como documento de trabalho do Congresso a ser tido em conta pelo CSP nas suas linhas de orientação.

Verificando que o termo "maubere" continua a dividir os timorenses e que a denominação de "Povo Timorense" será o termo de unidade entre todos, o Congresso deliberou ainda encarregar a Comissão acima nomeada para elaborar um documento com as fundamentações necessárias a ser presente ao CSP.

3.3 Sobre a afinidade ideológica do partido

Reconhecendo a necessidade de caminhar para a definição de afinidade ideológica com uma grande família, ponderando as vantagens e desvantagens dessa definição ideológica, reafirmando ser um partido democrático, nacionalista, conservador e cristão nos seus princípios mas muitas vezes socialista na sua acção e reafirmando os princípios prescritos no nº 2 do Artº 1º dos seus Estatutos,

RECOMENDAÇÃO:

O Congresso reafirma o direito do Povo de Timor à Autodeterminação e igualmente o seu direito à Independência e recomenda ao CSP a criação de uma Comissão de Análise do Manual Político da UDT a fim de o adequar à realidade política do partido tendo em conta o que os Estatutos encerram sobre a matéria.

3.4 Sobre o relacionamento com organizações políticas timorenses

MOÇÃO:

1- O Congresso identificou a existência das seguintes organizações políticas timorenses:
- *FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente),*
- *KOTA (Klibur Oan Timor Asuain),*
- *Partido Trabalhista,*
- *APODETI (Associação Popular Democrática de Timor),*
- *ADITLA (Assoc. Democrática para a Integração de Timor Leste na Austrália),*
- *MLT (Movimento para a Libertação de Timor),*
- *MNLITD (Movimento Nacional para a Libertação e Independência de Timor Díli)*
- *AST (Associação Socialista Timorense).*

2- O Congresso, reafirmando a natureza da UDT como partido político timorense, encoraja o futuro CSP para privilegiar o relacionamento com as organizações políticas timorenses que defendam os princípios da Autodeterminação e Independência.

Que esse relacionamento seja feito numa base de verdadeira cooperação para que os objectivos da nossa luta sejam atingidos.

3.5 Sobre o relacionamento com organizações timorenses não partidárias

Constatando que Xanana Gusmão já havia aceite a mudança de nome do CNRM para CNRT mas que tal facto não veio a ser posto em prática até hoje, e reafirmando que a UDT não faz parte do CNRM, o Congresso sugere ao futuro CSP que mantenha a mesma linha de orientação de um certo distanciamento no relacionamento com o CNRM orientando, no entanto, na busca de um consenso para a criação de um órgão verdadeiramente aglutinador de todas as forças políticas timorenses.

Após detalhada apresentação ao Congresso do Movimento de Reconciliação e Unidade do Povo de Timor Leste (MRUPTL) e ouvido o apelo deste movimento a "todos os timorenses espalhados pelo mundo para se esforçarem no diálogo entre todos os filhos da mesma terra em prol da Paz, Segurança e Felicidade do heróico e martirizado Povo de Timor", foi aprovada a seguinte

MENÇÃO DE LOUVOR:

O II Congresso da UDT reunido em Perth, na sessão de trabalhos do dia 4 de Dezembro de 1997, perante o testemunho do Sr. Manuel Viegas Carrascalão, deliberou em assembleia e por unanimidade louvar o esforço e a coragem dos elementos constituintes do Movimento de Reconciliação e Unidade do Povo de Timor Leste pelo trabalho desenvolvido em prol de Timor.

Perante a perseguição movida pelo Governador de Timor aos dirigentes deste Movimento, o Congresso aprovou o seguinte Comunicado o qual, elaborado pelos delegados João Carrascalão, Francisco Nicolau, Zacarias da Costa, Milena Pires e Domingos de Oliveira e depois de assinado pelo Presidente da Mesa, foi de imediato enviado aos vários destinatários e distribuído pelos órgãos de comunicação social:

COMUNICADO:

Os participantes no II Congresso Nacional da União Democrática Timorense, reunidos em Noalimba Conference Center, na cidade de Perth, Austrália Ocidental, tomaram conhecimento que as autoridades policiais indonésias realizaram movimentos de intimidação contra membros do recém-formado Movimento de Reconciliação e Unidade do Povo de Timor Leste (MRUPTL).

Mais foram informados de que neste momento elementos desse Movimento timorense correm graves perigos em relação à sua integridade física, senão mesmo, vida.

O MRUPTL, de natureza pacífica e inspiração religiosa, prossegue objectivos exclusivamente relacionados com a busca de uma solução para o problema de Timor, em conformidade com os ideais da paz, justiça, unidade e do direito à independência através do processo de autodeterminação.

Contudo, vários membros dirigentes do referido Movimento já se viram obrigados ontem, dia 3 de Dezembro, a procurar protecção junto do Bispo de Díli.

Os participantes no Congresso da UDT condenam enérgica e veementemente mais este acto de intimidação e terror por parte das forças ocupantes indonésias contra membros da sociedade civil timorense.

Outrossim, a União Democrática Timorense apela às instâncias internacionais, nomeadamente às Nações Unidas, à União Europeia, ao Governo Português e a todos os governos democráticos e defensores dos Direitos Humanos para que imediatamente intercedam junto do governo indonésio no sentido de respeitar a integridade física dos timorenses, designadamente de Maria Luisa Viana do Carmo Quintão, Paulo Freitas da Silva, João Pedro Soares, Francisco Lopes de Carvalho, Leandro Isac e Aleixo Ximenes.

3.6 Sobre o relacionamento com forças políticas democráticas não timorenses

Reafirmando o princípio de respeito por acordos anteriormente firmados pelo partido, analisada a situação relacional com o então CDS e tendo-se concluído, à luz da interpretação legal apresentada, que o Partido Popular (PP) não substitui o então CDS, o Congresso recomenda ao CSP que considere o PP como um parceiro normal no seu relacionamento com as restantes forças políticas democráticas portuguesas.

DELIBERAÇÃO:
O Congresso deliberou ratificar o Acordo com os Democratas Australianos.

3.7 Sobre o 1º Congresso da Juventude da UDT

Apesar de não ter definido directrizes concretas em resultado do Congresso da Juventude da UDT, o CSP conseguiu, de uma maneira geral, actuar e dar andamento às Resoluções aprovadas por aquele Congresso da sua Juventude realizado em Sydney, em Dezembro de 1994.

O Congresso constatou a necessidade premente de ser nomeado um responsável para o Departamento Especializado da Juventude e Desportos, nomeação essa da responsabilidade do Presidente do partido, e que, uma vez nomeado, inicie a consulta junto das organizações de Juventude para a elaboração da sua estrutura.

MOÇÃO:
O Congresso,

1- *em consideração ao número 2 da resolução 5 do 1º Congresso da Juventude da UDT e à importância da participação activa e eficiente da Juventude dentro das estruturas da UDT,*
2- *urge o Presidente eleito do CSP nomear um responsável para a pasta especializada da Juventude e Desportos, dentro de um período de três meses, tendo em consideração o seguinte:*
    a) Que a pessoa responsável
        - *tenha uma excelente compreensão dos assuntos da juventude timorense,*
        - *tenha um excelente conhecimento da UDT,*
        - *seja preferencialmente um membro do CSP,*
        - *tenha qualidades de liderança.*
    b) Que esta pasta, como prioridade, incida especialmente
        - *na educação e formação para jovens,*
        - *na comunicação,*
        - *na realização do 2º Congresso da Juventude da UDT e na sua continuidade,*
        - *na implementação de uma estrutura da juventude da UDT em consulta com os jovens da UDT.*

O Congresso também recomenda que todas as conclusões do 1º Congresso da Juventude da UDT sejam incorporadas nas linhas de orientação política do CSP da UDT.

3.8 Sobre a problemática timorense no plano internacional

A UDT reconhece que a atribuição do Nobel da Paz a Ramos Horta e ao Bispo Ximenes Belo trouxe, no plano internacional, inúmeros benefícios para a Causa de Timor mas, em contrapartida, fez piorar a situação no interior do território.

Reconhecendo que a campanha levada a cabo pelo CSP no plano internacional tem trazido ao partido inúmeros frutos, colocando-o cada vez mais em destaque na arena política internacional, lugar que vai conquistando pelo respeito que tem sabido ganhar, o Congresso corrobora as reservas com que o CSP tem sabiamente colocado quanto à intervenção do Presidente da África do Sul na questão de Timor e lamenta o sucedido ao Embaixador de Portugal em Pretória, em Julho de 1997.

A UDT pretende levar Portugal e as Nações Unidas, em última análise, a aceitarem que os timorenses só deverão participar na mesa das conversações depois de a Indonésia se ver obrigada a aceitar que ocupa ilegalmente o Território e que o Povo de Timor ainda não se autodeterminou. Até lá, o Governo de Portugal deve continuar na mesa das conversações com a Indonésia enquanto os timorenses deverão apenas sancionar ou não o resultado dessas conversações.
Depois de aceites as condições postas pela UDT, estará então o partido disposto a discutir a continuação do processo de Descolonização que terminará num acto de autodeterminação para a independência.

O Congresso verificou serem poucos os países africanos que dão apoio à questão de Timor, não só por causa da instabilidade política existente naquele continente mas, principalmente, pela falta de uma acção de sensibilização e uma actividade diplomática coerentes de *lobbying* junto daqueles Governos.

Igualmente referenciou ser importante aumentar a sua actividade em Nova Iorque e Bruxelas por serem as duas cidades capitais que têm representações diplomáticas de todos os países do mundo.

Analisadas as conversações entre os MNE de Portugal e Indonésia, a UDT congratula-se com o facto de o Governo Português, depois dos esforços da UDT, ter passado a estabelecer um maior contacto com a Resistência Timorense, e com a UDT em particular, antes e durante tais conversações.

Apesar de reconhecer que o novo formato das Conversações se possa inserir melhor nas pretensões da UDT, mas porque ainda se encontra no seu embrião, o Congresso considera ser necessário que esse processo se desenvolva para uma fase de consolidação de modo a permitir a avaliação da sua funcionalidade.

RECOMENDAÇÃO:

Enquanto a República da Indonésia não reconhecer que invadiu militarmente e ocupou ilegalmente Timor, e enquanto não aceitar que o direito do Povo de Timor à Autodeterminação *ainda não foi exercido, o Congresso recomenda ao CSP que não deverá sentar-se à mesa das negociações e Portugal deverá continuar a ser o nosso interlocutor, ouvindo sempre as forças políticas timorenses.*

A UDT continuará a manter todas as reservas quanto a protagonismos internacionais que publicamente procurem interceder na questão de Timor sem consultas prévias às forças políticas timorenses e, principalmente, sem ouvir a UDT. Assim,

RECOMENDAÇÃO:
O Congresso considerou as iniciativas do Presidente Nelson Mandela e recomenda ao CSP que continue a acompanhar a evolução dessas iniciativas.

3.9 Sobre as soluções políticas

Perante documentos sobre o processo de Porto Rico que consideram

- não corresponder à realidade a associação desse estado livre com os EUA,
- não se tratar de um pacto livre de associação conforme o Direito Internacional,
- que a Constituição de Porto Rico está dependente em tudo de aprovação pelo Congresso Americano,
- que este Congresso Americano tem plenos poderes para legislar sobre Porto Rico sem qualquer consulta e/ou intervenção do povo daquele estado,

e perante análise comparativa com qualquer hipotética autonomia com a Indonésia,

MOÇÃO:
o Congresso da UDT, após ter examinado profundamente todas as opções políticas possíveis à luz do Direito Internacional, reafirma inequivocamente o direito do Povo Timorense à Autodeterminação e o direito à Independência.

Embora reconhecendo que cabe às Nações Unidas definir e propor as opções possíveis num Referendo para Timor, a UDT defende e reafirma que a Independência é a única opção aceitável.

3.10 Sobre os Encontros Intra-Timorenses

O Congresso congratula-se com o esforço dos seus dirigentes ao terem conseguido alargar a participação de mais elementos da UDT nos Encontros Intra-Timorenses, designadamente a do Sr. Domingos de Oliveira, apesar de reconhecer ser importante a inclusão de outras individualidades udetistas pela sua competência e dedicação à causa.

3.11 Sobre a organização da Resistência Timorense no exterior

Constatando

- que a Comissão Coordenadora da Frente Diplomática (CCFD) fora constituída por dois elementos dos partidos tradicionais timorenses e o representante do CNRM no exterior,
- que logo desde o início a CCFD, em particular o seu coordenador, não era informada das actividades da Frente Diplomática, apesar de institucionalizada,

e perante a desarticulação entre os membros da CCFD,

RECOMENDAÇÃO:
o Congresso recomenda ao CSP que se empenhe na busca de uma solução consensual para se encontrar uma plataforma ampla e abrangente de coordenação das actividades no âmbito diplomático.

3.12 Sobre o Congresso Nacional Timorense na Diáspora

Foi aprovada por unanimidade a seguinte

MOÇÃO:
Analisados os pressupostos estabelecidos para a realização do Congresso Nacional de Timorenses na Diáspora, ponderados os símbolos preconizados por aquele Congresso e perante a presença de certos elementos nas suas Comissões, o Congresso delibera que a UDT não participará no referido evento e recomenda ao CSP que tenha em consideração toda e qualquer futura proposta de realização de um Congresso que congregue todos os nacionalistas timorenses.

3.13 Sobre Xanana Gusmão

MOÇÃO:
Tendo presente o papel do comandante Xanana Gusmão na luta pela liberdade e independência bem como a sua situação de prisioneiro político em Cipinang, Jacarta, o Congresso reitera a sua posição como símbolo vivo da Resistência Timorense e símbolo de unidade de todos os timorenses.

3.14 Sobre Planos de Paz

Considerando não competir aos timorenses apresentar um plano de paz por serem os agredidos, a UDT não apoia o chamado Plano de Paz do CNRM nem qualquer outro.

Reafirmando rejeitar conversações directas com a Indonésia e reafirmando defender a continuação do processo de Descolonização por Portugal, tendo em atenção os condicionalismos actuais, a UDT propõe um período de preparação até que Timor esteja preparado para o acto de autodeterminação para então poder escolher conscientemente a Independência e assim tomar as rédeas do País sem se subjugar a potências estrangeiras.

Reafirmando que os timorenses são portugueses de nacionalidade porque Timor é um Território não autónomo sob administração portuguesa, assim reconhecido pela ONU, a UDT continua a exigir que Portugal cumpra as suas responsabilidades em relação a Timor, desenvolvendo o Território e os seus recursos humanos até à altura da independência dos timorenses.

RECOMENDAÇÃO:
Analisada a situação, o Congresso recomenda ao Presidente do CSP cessante, delegado João Viegas Carrascalão, que conclua e apresente um documento que seja uma "Declaração Política"

para que, uma vez aprovada pelo futuro CSP, se torne guia do partido para os caminhos para a Paz e Independência de Timor.

3.15 Sobre o reconhecimento "de jure" pelo Governo Australiano

Constatando

- que a opinião pública australiana é favorável à autodeterminação de Timor,
- que o Governo Australiano é o único a reconhecer "de jure" a situação,
- que a derrota da Austrália para Portugal na eleição para o Conselho de Segurança da ONU se deveu à questão de Timor,
- que hoje o Governo Australiano já não afirma que Timor se autodeterminou,

o Congresso reafirma que é necessário continuar a campanha de pressão de modo a conseguir que aquele governo deixe de reconhecer a anexação de Timor, deixando assim a Indonésia isolada na região.

3.16 Sobre a análise da situação interna

Da região de VIC - Austrália

Foi feito um recenseamento há 4 anos mas a Comissão Ad-Hoc então nomeada não conseguiu levar a efeito eleições e deixou de funcionar. É reportado que a falta de informação vinda do CSP tem feito desanimar os dirigentes locais bem como os filiados que se sentem cada vez mais abandonados.

Uma nova Comissão Ad-Hoc recentemente nomeada pelo Secretário Geral superintende a Delegação Regional e prepara-se para iniciar os preparativos para a eleição da necessária Direcção Regional.

Da Direcção Regional de WA, Austrália - DRWA

Existem cerca de 500 timorenses em Perth na sua maioria udetistas estando mais de 130 recenseados e formalmente inscritos no partido.

Sentindo o privilégio de terem o apoio do Secretário Geral e do Conselheiro Nacional, para além de outros dirigentes nacionais e de grandes udetistas históricos, puderam aceitar o desafio de organizar este Congresso em Perth.

Da região de NSW - Austrália

Em 1993 foram feitas eleições para uma Direcção Regional que trabalhou durante largo tempo até que, por vários motivos não claramente identificados mas de que sobressaiu uma não prestação de contas, se foi desfazendo para agora só possuir dois elementos dessa Direcção ainda activos.

Verificou-se que o facto de não haver políticos a tempo inteiro se torna prejudicial para a actividade do partido.

Foi reportado existir um problema de imagem do partido e não haver informação tendo-se constatado que poucos aparecem às reuniões quando é prestada essa informação. Importa procurar analisar e combater as causas do desinteresse dos militantes em NSW cabendo aos filiados ali residentes promoverem a sua análise e esclarecimento de modo a melhor poderem caminhar para a eleição de uma nova Direcção Regional que queira trabalhar.

Reafirma-se que a imagem do partido não pode ser apenas construída com a vivência dos membros do CSP mas sim a partir de todos os filiados.
Foi considerado que o apoio mais intenso dos dirigentes e udetistas mais antigos e experientes é importante para se construir um bom grupo de trabalho, embora não caiba, nem possa caber, ao Presidente do CSP organizar as bases, papel que compete ao Secretariado Nacional e principalmente a todos os filiados da região.

Da Direcção Regional de Portugal - DRP
A DRP tem cerca de 180 filiados e tem como principal dificuldade a falta de uma sede para trabalhar.
A utilização da verba das quotas (150$00 por mês) é muitas vezes mal entendida pelos filiados que continuam receosos que haja aproveitamento impróprio, fruto de falta de informação.
Foi observado que o principal motivo para a menor participação de delegados nas reuniões se deve à grande distância e inerentes custos com os transportes entre Setúbal e Lisboa.
Foi igualmente observado que um dos maiores problemas da UDT em Portugal se deve à não permanência de elementos da Direcção Nacional em Lisboa, centro de maior decisão política da questão de Timor, para além de estar próximo de Bruxelas. Foi considerado, por isso, que Portugal deve ter a obrigação de conceder uma sede condigna à delegação do partido em Lisboa, para uso exclusivo desta, dado a biblioteca "Espaço Por Timor" não servir este propósito.

Comentários do Secretário Geral cessante
Dificuldades económicas impediram a visita de elementos do Secretariado Nacional a VIC para colaborar na resolução de problemas locais, apesar de terem sido mantidos contactos telefónicos regulares para troca de informação. O manifesto esforço dos Conselheiros Nacionais residentes em Melbourne resultaram na vinda de 13 delegados ao Congresso.

Quanto a NSW, a boa vontade de todos e o espírito revigorado pelo Congresso irão certamente colmatar os problemas, mesmo os mais sensíveis.

O SN tem mantido contactos regulares com a DRP e enaltece o trabalho feito pelos seus elementos, principalmente do seu Secretário Executivo. Alguma informação mais reservada não é passada a Lisboa dada a falta de um fax com garantias de confidencialidade.

A DRWA tem igualmente feito um óptimo trabalho, não só com os jovens mas também com os mais idosos, e enaltece a equipa muito bem liderada pelo seu Secretário Executivo.

Em relação à não participação no Congresso de algumas pessoas, foi esclarecido que enquanto defenderem os mesmos princípios da UDT mas não se inscreverem formalmente no partido só poderão ser considerados como simpatizantes e o Congresso é apenas para filiados da UDT. Foram feitos inúmeros esforços da parte da DRP, do CSP e do Secretariado do Congresso para que essas pessoas em Portugal e na Austrália aceitassem participar no Congresso porque nos merecem consideração. Foi feita suficiente divulgação do Congresso para que nenhum udetista pudesse ficar de fora, desde que obedecendo às regras, não tendo nele entrado apenas aqueles que deliberadamente continuam a não pretender entrar na UDT.

Da região do NT - Austrália

Darwin tem cerca de 3000 timorenses na sua maioria simpatizantes da UDT. Foi identificado que alguns dos dirigentes da UDT do tempo de Timor se sentem desinteressados, havendo mesmo quem já não se sinta da UDT. Foi reportado que em 1988 foi nomeado pelo Presidente cessante do partido um Comité Regional da UDT para NT, liderado pela Flávia Pires, Comité esse que se foi desfazendo por incompatibilidade entre as pessoas e foi-se afastando das bases.

Depois do I Congresso não houve quaisquer esclarecimentos sobre o mesmo nem se iniciaram os trabalhos de recenseamento com vista à eleição de uma Direcção Regional.

Este Congresso deu alento aos delegados presentes para reiniciarem o processo de restruturação da DRNT que começou com a visita do Coordenador do Secretariado do Congresso a Darwin em Setembro passado, altura em que se inscreveram numa só reunião 23 militantes.

Do Interior do Território - Timor

A UDT continua activamente a trabalhar em Timor pois são vivas as suas manifestações sempre que a situação o permite, apesar de se reconhecer não ser fácil a manifestação dos udetistas e de qualquer timorense dados os maltratos a que ficam sujeitos pelas forças de repressão indonésias. No entanto, foi reportado ser necessário que o partido actue mais no sentido de manter vivos os princípios da UDT no espírito dos udetistas que em Timor continuam a lutar sob as mais variadas formas.

Foi explicada a qualidade em que cada um dos membros fundadores assinou o documento de constituição do MRUPTL para assim se entender o porque de alguns não o terem feito na qualidade de udetistas mas sim na de representantes de grupos ou entidades.

Da região de QLD - Austrália

Foi reportado que foram infrutíferos os esforços feitos junto do Vice-Conselheiro Nacional cessante residente naquele estado para encontrar uma delegação ao Congresso representativa também dos militantes da cidade de Brisbane.

Quanto a Cairns, existem cerca de 350 timorenses, metade dos quais de etnia chinesa, que se identificam com a UDT. Os delegados presentes voluntariaram-se para encetar o processo de recenseamento imediatamente após o Congresso com vista à formação e eleição de uma Direcção Regional, tendo solicitado a inclusão de um coordenador de etnia chinesa para este processo inicial.

Foi feito o pedido para que haja pelo menos uma visita anual de um elemento do CSP para contactos com as bases locais.

Comentários do Secretário Geral cessante

Já em 1984 havia o SG encetado os contactos com Darwin para a criação de um Comité Regional para NT. Discorda das críticas de Darwin sobre a falta de informação pois até têm sido privilegiados e lamenta que a responsável por NT não esteja presente no Congresso para

esclarecimento da situação. Igualmente lamenta quanto à distribuição dos Estatutos aprovados no I Congresso pelos filiados de NT por entender ser difícil ao Secretariado Nacional e julgar caber essa função à responsável de Darwin a qual até esteve presente naquele Congresso.
Quanto a Timor, pouco pode ser feito no apoio material aos udetistas do interior mas ainda mais pode ser feito junto dos organismos internacionais em sua defesa. Foi reportado que tem sido feita muita troca de informação com o Interior mas pouco ou nada se pode divulgar para protecção das pessoas a quem se deseja uma vida longa ao serviço do partido.

3.17 Sobre a organização interna do partido

O Congresso identificou a necessidade de, no prazo de seis meses, se elegerem Direcções Regionais em todas as regiões reconhecidas pelo partido para que haja uma UDT ainda mais forte.
Perante a situação da Direcção Regional de Portugal, foram aprovadas as seguintes Moção e Recomendação:

MOÇÃO:

- *Considerando ser de vital importância a existência de uma sede condigna onde os filiados da UDT em Portugal possam reunir-se, atender o povo português e guardar todos os documentos do partido,*
- *sendo Portugal a potência Administrante do Território e o centro vital de decisões sobre a problemática timorense,*
- *tendo em conta as ligações com a União Europeia, ONU, os PALOP e Brasil,*

o Congresso aprova uma Moção no sentido de se exigir ao Governo Português a concessão de uma sede para os fins em vista.

RECOMENDAÇÃO:
Tendo em consideração a sua premente necessidade, o Congresso recomenda ao CSP que coloque em Lisboa um dos seus elementos para que, ao mais alto nível, possa representar a vida do partido bem como apresentar e defender as questões políticas sob o ponto de vista da UDT.

Constatada a necessidade de renumerar os filiados tendo em conta o todo nacional de modo a evitar numerações parcelares por regiões, foi recomendado que as Delegações Regionais (DR) devem utilizar os novos impressos do Secretariado Nacional (SN) para a inscrição de futuras filiações e transcrever para esses mesmos impressos os dados dos filiados já inscritos, remetendo todos para o SN.

Compete ao SN definir as regras, elaborar a nova numeração nacional e emitir os cartões aos pedidos de filiação que as DR, nas suas competências, irão apresentando ao Secretariado, mesmo tendo em conta os custos que essa centralização acarreta.
Em resultado de toda a guerra sofrida com a perda de inúmeros udetistas e tendo em consideração os que ainda residem em Timor bem como todos quantos se inscreveram quando ainda em Timor, foi identificado dever o SN

- evitar que a nova numeração contenha qualquer referência à região de residência do filiado

- procurar salvaguardar o direito de precedência na numeração dos filiados mais antigos, particularmente dos fundadores do partido
- promover uma sensibilização junto de todos os filiados no sentido de sentirem como sua a campanha de re-inscrição formal de todos os militantes de modo a facilitar a nova numeração nacional.

3.18 Sobre as organizações do partido

Foram reportadas e identificadas algumas indefinições quanto a organizações próximas do partido.

RECOMENDAÇÃO:

O Congresso, reconhecendo a ALTIC, os boletins Kaibauk e Maun Alin como organizações do partido, recomenda ao CSP no futuro próximo que defina o relacionamento entre essas organizações e o partido e recomenda ao Secretariado Nacional que defina igualmente as outras organizações da UDT.

O Congresso considerou também a necessidade de as estruturas do partido incentivarem a criação, formalização e estruturação dessas organizações da UDT.

Foi considerado não ser oportuno criar uma organização específica das Mulheres da UDT por sectorizar demais a questão e poder tirar peso aos seus problemas bem como diminuir alguma influência e esfera de acção do departamento especializado do partido para essa área.

3.19 Sobre a História da UDT

Apesar de nunca reconhecido pela ONU, mas tendo em conta o seu peso na história do partido, foi uma vez mais esclarecido que, ao contrário do propalado, a chamada Declaração de Balibó foi assinada em Bali e sob coacção e que com essa assinatura o partido salvou muitos milhares de vidas de udetistas da guerra civil. Malgrado esse facto, a UDT manteve-se firme nos seus princípios e ideais na luta pela autodeterminação e na busca de uma independência.
Assim, e em face de inúmeras deturpações históricas,

RESOLUÇÃO:

Reconhecendo que a riqueza histórica do partido se vai perdendo ao longo dos anos pela memória que se vai esvaziando e pela perda de testemunhos vivos e tendo em conta o seu caracter urgente, o Congresso aprova a criação de uma Comissão para a recolha, estudo e produção de um livro sobre a História da UDT e nomeia para essa Comissão os delegados

- *Lúcio da Encarnação*
- *António Nascimento*
- *Domingos de Oliveira*
- *Francisco Carvalheira*

os quais terão a colaboração, para efeitos de recolha de documentos e de depoimentos nas várias regiões, dos seguintes elementos:

- *José Luís Valadares (NT)*
- *Hermelindo Rosa Lay (NSW)*
- *Manuel Carrascalão Jr. (VIC)*
- *Carlos Gonçalves (QLD)*

- Manuel V. Carrascalão (Timor) - Ângela Carrascalão (POR)
tendo aceite a oferta de colaboração de Leopoldino Soriano para a ilustração do referido livro.

O Congresso apela a todos os históricos da UDT e a todos os udetistas que viveram a história do partido, incluindo os jovens, para contribuírem com o seu testemunho de factos vividos ou conhecidos, na língua e na forma em que melhor o desejarem fazer. Esta recolha não deve basear-se apenas em dados e relatos históricos mas igualmente em todo o tipo de documentos, quer escritos quer de imagem.

3.20 Sobre a revisão dos Estatutos do partido e sua tradução

O Congresso considerou que o número de delegados para efeitos do conceito de "maioria absoluta" necessária para aprovação de alterações aos Estatutos se refere ao número total de delegados inscritos e presentes no Congresso, sendo que os delegados ausentes da sala durante qualquer votação serão incluídos no apuramento de resultados.
Assim, feita a chamada, foram contabilizados
- 71 delegados presentes e 3 ausentes à votação às alterações aos artigos 14º e 20º e
- 70 delegados presentes e 4 ausentes à votação às alterações ao artigo 16º,

sempre num total de 74 delegados inscritos pelo que, para efeitos de maioria absoluta, a Mesa declarou serem necessários pelo menos 38 votos a favor das propostas de alteração.

Respeitando o estipulado no Artº 40º dos Estatutos, o Congresso aprovou, todas por unanimidade dos delegados presentes na sala e, consequentemente, por maioria absoluta dos delegados inscritos no Congresso, as alterações aos Estatutos apresentadas pelo cessante CSP, ficando o novo articulado assim redigido:

Artigo 14º

Compete ao Conselho Superior Político:
- *a) Analisar a evolução da situação política e decidir sobre questões cuja natureza exceda o âmbito dos poderes da Comissão Executiva Nacional mas que não careçam da convocação extraordinária do Congresso;*
- *b) Convocar o Congresso Nacional e aprovar o seu regulamento;*
- *c) Aprovar a participação em acordos e coligações com outras organizações;*
- *d) Aprovar o Regulamento Interno;*
- *e) Aprovar as linhas de orientação das relações internacionais;*
- *f) Aprovar as contas e o orçamento;*
- *g) Apresentar ao Congresso as linhas gerais de um Programa de Governo para Timor Oriental, bem como a constituição de um Gabinete Sombra;*
- *h) Definir os objectivos e critérios a seguir em função da estratégia traçada pelo Congresso;*
- *i) Aprovar a criação de Delegações Regionais e de Núcleos Operacionais;*
- *j) Apresentar ao Congresso Nacional propostas para a composição da sua Mesa e coordenar a respectiva eleição.*

Artigo 16º

1. *Compete ao Presidente do Conselho Superior Político:*
   - *a) presidir ao Conselho Superior Político;*
   - *b) representar a UDT perante organismos de Estado e demais organizações políticas;*
   - *c) providenciar a substituição do titular de qualquer cargo de órgão nacional por vacatura ou impedimento prolongado, depois de ouvido o CSP;*
   - *d) conduzir as relações internacionais de acordo com a estratégia aprovada pelo Congresso;*
   - *e) coordenar a apresentação pública da posição oficial da UDT em todas as matérias políticas que digam respeito à causa de Timor;*
   - *f) deliberar e decidir no âmbito da sua competência o que neste Estatuto for omisso.*
2. *É ainda da competência do Presidente constituir Departamentos Especializados até ao máximo de nove (9), bem como a nomeação dos respectivos titulares de entre os filiados.*
3. *Os Vice-Presidentes exercem as competências que o Presidente lhes delegar no exercício das suas funções.*

Artigo 20º

1. *Compete ao Secretário Geral:*
   - *a) presidir à Comissão Executiva Nacional;*
   - *b) coordenar toda a actividade interna da UDT;*
   - *c) difundir pelos militantes as determinações do Congresso e CSP;*
   - *d) criar os Gabinetes de estudo ou apoio e nomear os seus responsáveis;*
   - *e) convocar e validar eleições regionais;*
   - *f) coordenar a gestão administrativa da UDT;*
   - *g) propor ao Conselho Superior Político a criação de Delegações Regionais e de Núcleos Operacionais.*
2. *Compete ainda ao Secretário Geral:*
   - *a) assumir as funções de Presidente em caso de impedimento temporário deste;*
   - *b) convocar o CSP, no prazo de 60 dias, para eleger, de entre os seus membros, o novo Presidente em caso do seu impedimento definitivo.*
3. *O Vice-Secretário Geral e os Secretários Coordenadores coadjuvam o Secretário Geral nas competências que este lhes delegar.*

Em face de dúvidas suscitadas, o Congresso considerou que o órgão do partido imediatamente abaixo do Congresso é o CSP e que a "independência" do CJN prescrita nos Estatutos não o coloca acima do CSP, não vendo necessidade de alterar o Organigrama inserido nos Estatutos.

Quanto à tradução dos Estatutos,

- identificando a necessidade imperiosa e colectiva em traduzir os Estatutos de Português para Inglês,

- considerando os parcos recursos humanos e económicos do partido para encomendar a sua tradução,
- considerando ainda haver que libertar quem, dento do partido, necessita de ultimar trabalhos mais imperiosos,

DELIBERAÇÃO:
o Congresso aceitou a oferta e nomeou os delegados Gabriela Heard e José Carlos Sequeira para ultimarem a tradução dos Estatutos do partido.
Esta tradução, uma vez pronta, deverá ser presente ao CSP para a sua aprovação.

3.21 Sobre o Regulamento Interno do partido

Atendendo a que o Regulamento Interno deverá ser submetido à aprovação do CSP na sua próxima reunião e entendendo-se ser o instrumento regulador da vida interna do partido, quer no aspecto organizacional quer na disciplina, no qual são pormenorizados os assuntos que nos Estatutos se encontram mais genericamente apresentados,

RECOMENDAÇÃO:
O Congresso recomenda ao CSP que, uma vez aprovado, faça a mais adequada divulgação do Regulamento Interno por todos os filiados do partido dado tratar-se de um importante documento que importa a todos conhecer para assim o poderem cumprir.

3.22 Sobre a Comunicação interna e externa do partido

O Congresso identificou a importância de todos os seus órgãos nacionais e regionais no papel da comunicação interna com as bases e na troca de informação, não cabendo essa tarefa em particular a nenhum órgão específico, e reconheceu que a reunião política e a importância partidária devem ser colocadas no topo das prioridades nos contactos com as bases.

Considerando ser fundamental para a comunicação interna resultar que as estruturas do partido funcionem bem e que sejam criadas as Direcções Regionais, procurando combater todas as causas que impeçam o seu bom funcionamento, foi reconhecido ser igualmente importante que todos os filiados se sintam membros do partido e, consequentemente, se sintam parte do processo e responsáveis igualmente pelo bom andamento do partido.

Reconhecendo que a questão financeira é uma das principais causas dos problemas da comunicação do partido,

RECOMENDAÇÃO:
O Congresso recomenda ao CSP que:
- *nomeie um grupo de trabalho para estudo e definição de normas internas a seguir pelo partido no campo da comunicação;*
- *identifique os meios de comunicação existentes entre os membros de modo a estabelecer uma rede de comunicações do partido;*

- *uma vez identificados os meios, determine regras que forcem a sua racionalização, evitando excessos e apostando na eficácia;*
- *crie um Centro de Comunicações para disseminação da informação do partido.*

O Congresso reconhece que compete ao Secretariado Nacional coordenar todo o processo de estudo e implementação de normas de comunicação interna tendo, perante a sua oferta, nomeado o delegado José Luís Valadares para colaborar neste processo com o Secretariado Nacional.

Tendo identificado ser necessário
- manter pelo menos uma publicação que continue a veicular a informação da UDT pelos seus filiados,
- tirar maior vantagem e proveito dos conhecimentos na Comunicação Social para maior divulgação ao mundo da voz da UDT em prol de Timor,
- dar maior importância aos Órgãos de Comunicação Social,

RECOMENDAÇÃO:
O Congresso recomenda ao CSP a nomeação de um porta-voz do partido para os Órgãos de Comunicação Social.

3.23 Sobre as questões financeiras do partido

Considerando que
- as quotas servem essencialmente de elemento de ligação entre as pessoas e a organização,
- o pagamento das quotas nem sempre é feito por falta de disciplina partidária,
- a gestão administrativa do partido deve ser suportada pela verba da quotização mensal,
- os filiados devem sentir a responsabilidade pelo pagamento das suas quotas,

o Congresso aprovou a seguinte

MOÇÃO:
1 - Que seja definido pela Comissão Executiva Nacional (CEN) o valor da quota mensal a ser paga por todos os filiados a partir de 1998;
2 - Que seja definida pela CEN a percentagem do valor da quota a ser entregue pelas Direcções Regionais ao Secretariado Nacional para despesas de administração.

Foi também constatada a necessidade de as DR passarem a apresentar ao Secretariado Nacional o seu Orçamento anual, tendo em conta o valor das quotas a cobrar e as despesas fixas previstas, bem como o respectivo Relatório de Contas ao fim de cada ano financeiro.

Quanto à política de financiamentos, o Congresso identificou a necessidade de serem definidas linhas de orientação tendo aceite a oferta e nomeado a delegada Ângela Carrascalão para encetar a recolha de informação pertinente que permita ao CSP definir uma política de financiamento para o partido que seja eficaz.

3.24 Sobre os Heróis da UDT

Tornando-se necessário examinar cuidadosamente todo o passado histórico e identificar as injustiças para que seja possível sarar as feridas e promover a justiça,

RESOLUÇÃO:

O Congresso incumbe ao Presidente do CSP a responsabilidade de criar e nomear uma Comissão que venha a definir os critérios para Heróis da UDT, que os submeta ao CSP para aprovação e que, uma vez aprovados, inicie os trabalhos de investigação com vista à elaboração de uma lista dos Heróis da UDT a submeter ao próximo Congresso do partido.

O Congresso incita o CSP a adoptar uma atitude muito activa no sentido de travar a consagração a heróis de Timor de indivíduos cujo procedimento, testemunhado por filiados ainda vivos, não preenche os critérios julgados necessários para ascenderem à estatura de heróis.

O Congresso incita ainda os filiados da UDT a testemunharem e registarem o seu testemunho de modo a permitir ao CSP julgar procedente e assim combater essas consagrações.

IV OUTRAS MOÇÕES APROVADAS

4.1 **Moção de Confiança ao Presidente cessante:**
O II Congresso deliberou aprovar uma Moção de Confiança no sentido de reconhecer inequivocamente a idoneidade moral e política do Sr. João Viegas Carrascalão ao longo dos quatro anos na Presidência do partido e ao longo de duas décadas de luta pela libertação do povo timorense do jugo do invasor indonésio.

4.2 **Moção de Confiança ao SE da DRP:**
O II Congresso Nacional da UDT saúda o Secretário Executivo da Direcção Regional de Portugal, Alfredo Silva, e aprova um voto de louvor pela sua dedicação incansável e trabalho pela causa udetista e reconhece a sua perseverança mesmo quando aconteceu não ter o apoio esperado dos filiados ou das estruturas do partido.

4.3 **Moção de Louvor à Juventude da DRP ausente:**

a) Considerando positivo o trabalho desenvolvido pela juventude da UDT em Portugal em prol da mesma;
b) Considerando que, pese a escassez de recursos, a mesma juventude tem-se educado na aprendizagem e vivência democrática, criando espaço para o diálogo, participação, partilha e aceitação de diferenças;
c) Considerando que, apesar das últimas contrariedades, se têm revelado adultos nas posturas assumidas, e
d) Considerando que um dos seus elementos, João Paulo Tavares Esperança, tem defendido técnica e inteligentemente os interesses do povo timorense na sua língua, nas vertentes morfo-sintáticas, nas Convenções e Círculos Linguísticos,

o II Congresso Nacional da UDT saúda e louva a Juventude aqui ausente para que, de uma ou de outra forma, a sua ausência neste Congresso seja uma presença constante.

4.4 **Moção de Louvor aos delegados da Juventude presentes:**
O Congresso presta um voto de louvor aos delegados da Juventude presentes pelos trabalhos prestados a este e durante o Congresso.

4.5 **Moção de Louvor aos delegados da Juventude presentes:**
O II Congresso Nacional da UDT saúda todos os delegados presentes a este Congresso, especialmente os jovens que são a esperança do futuro, pelo seu trabalho, dedicação e sentido de sacrifício pelo nosso partido, o que muito nos orgulha realçar e registar com muito apreço.

4.6 **Moção de Repúdio pela invasão indonésia:**
O II Congresso Nacional da UDT repudia veementemente a invasão indonésia no dia 7 de Dezembro de 1975.

4.7 Moção de Repúdio pela invasão indonésia:

Este Congresso nota que amanhã, dia 7 de Dezembro, marca o 22° aniversário do mais triste dia da História do nosso povo, a invasão de Timor pelas forças indonésias.

Este Congresso, representando membros e apoiantes da União Democrática Timorense, quer do interior de Timor ou na diáspora, condena veementemente aquela invasão e contínua ocupação de Timor Oriental e o genocídio do seu povo pelo brutal e repressivo regime.

Este Congresso apela para

- *a imediata e completa retirada de todas as forças indonésias e dos que se estabeleceram em Timor,*
- *a libertação de todos os prisioneiros políticos timorenses,*
- *o regresso a Timor de todos os timorenses banidos de Timor e forçados a viver na Indonésia,*
- *a entrega a um Tribunal de Crimes de Guerra das Nações Unidas de todos os registos civis e militares das unidades das Forças Armadas Indonésias e da Polícia que tenham estado ou ainda estejam em serviço em Timor,*
- *a aceitação pela Indonésia da jurisdição do Tribunal de Crimes de Guerra das Nações Unidas sobre as actividades do seu pessoal durante a invasão e os 22 anos de ocupação de Timor,*
- *a devolução aos proprietários timorenses, com referência à meia-noite de 6 de Dezembro de 1975, de todas as terras e outras propriedades sequestradas, capturadas, confiscadas ou de outra forma apropriadas e compradas pelo Governo Indonésio, seus funcionários ou por simples cidadãos nacionais indonésios desde a invasão,*
- *acordo pela Indonésia ao pagamento imediato e na totalidade, em dólares americanos, para reparação dos crimes cometidos pelas forças de invasão e ocupação indonésias, incluindo morte e mutilação, perda de modo de vida, interrupção de forma vida e danos ou perda de propriedade, conforme for determinado pelo Tribunal das Nações Unidas,*
- *acordo pela Indonésia a pagamentos anuais a Timor, em dólares americanos, equivalentes aos custos correntes de manutenção de todas as forças indonésias em Timor pelo período de 22 anos, como contribuição para o bem estar geral dos timorenses e das suas necessidades para a reconstrução nacional,*
- *um pedido público de desculpas pelo Presidente da Indonésia e por cada membro do seu Governo, individualmente, por terem ordenado a invasão de Timor e mantido a ocupação e brutal repressão sobre o povo em clara contravenção dos desejos do Povo de Timor Oriental e das leis internacionais, submetendo tais pedidos de desculpa à aprovação das Nações Unidas e de representantes dos timorenses e promovendo a sua transmissão na língua oficial indonésia e em inglês na televisão nacional indonésia em horário nobre, distribuindo-os gratuitamente a serviços noticiosos e a programas de assuntos correntes de todo o mundo.*
- *um Tratado a ser assinado pela Indonésia para respeitar os cidadãos de Timor Oriental e a sua integridade territorial e nacional, agora e para sempre.*

Dado que a Indonésia teve já 22 anos para reconsiderar a sua posição e resolver a situação retirando-se de Timor, este Congresso não considera que facilmente a Indonésia e a sua *administração actual venham a retirar-se voluntariamente de Timor. Assim, este Congresso apoia totalmente o processo da ONU para resolver a situação enquanto tal processo tenha em vista alcançar a retirada completa da Indonésia de Timor Oriental.*

Pede o apoio das Nações Unidas e de todas as nações ao povo de Timor Oriental na sua luta pela independência e fim do genocídio praticado pelo ilegal, brutal e repressivo regime indonésio.

Apela a todos os governos democráticos do mundo que pressionem fortemente a Indonésia, servindo-se do comércio, da comunicação e de todas as formas de sanções para forçá-la a abandonar Timor.

Em particular, exige uma vez mais ao Governo Australiano que retire imediatamente o seu reconhecimento da ocupação ilegal indonésia de Timor e assim remova ele próprio uma mancha do seu passado democrático, colocando-o de novo junto das restantes nações democráticas ocidentais.

Urge o Povo de Timor, onde quer que esteja, continuar a luta pela libertação da sua Nação.

Agradece a todos aqueles que apoiaram Timor e os timorenses na sua luta no passado e exige agora desses apoiantes redobrados esforços em termos da presente resolução.

4.8 Moção de Louvor à Mesa:

O II Congresso presta um voto de louvor e competência à Mesa pelo trabalho realizado.

V ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS - CSP e CJN

5.1 Apresentação de listas

Foram presentes à Mesa pelo delegado Flávio Soares as seguintes listas:

- uma única lista para a Presidência do Conselho Superior Político
- uma única lista para o Secretariado Nacional
- uma única lista de Conselheiros Políticos
- e uma única lista para o corpo permanente do Conselho de Jurisdição Nacional

estando todas em conformidade com os Artigos 36º e 38º dos Estatutos.

Foram registados 72 delegados presentes ao acto eleitoral tendo sido distribuído a cada delegado um boletim de voto por acto eleitoral.

5.2 Eleição dos Conselheiros Políticos

A lista do corpo de Conselheiros Políticos do CSP foi eleita com 67 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções, ficando assim constituída:

- *Fausto do Carmo Soares*
- *Simeão Madeira*
- *João Saldanha de Melo*
- *Vicente do Rosário Cunha*
- *Sérgio Galucho*
- *Lúcio da Encarnação*
- *Isabel Vidigal*
- *Celeste Galucho*
- *Áurea Valadares*
- *Henrique Simões*
- *Francisco Carvalheira*
- *Ilda Filipe*
- *Flávio Soares*
- *Antonino Tavares*
- *Manuel Soares*

5.3 Eleição do corpo permanente do CJN

A lista do corpo permanente do Conselho de Jurisdição Nacional foi eleita com 67 votos a favor, 3 contra, 1 abstenção e 1 voto em branco, ficando assim constituída:

Conselheiro Nacional - *António Sousa Nascimento*
Vice- Conselheiros Nacionais- *Jaime Santos*
- *José Barreto Martins*

5.4 Eleição do Secretariado Nacional

Para o Secretariado Nacional foram eleitos, com 69 votos favoráveis, 1 contra e 2 abstenções, os seguintes membros:

Secretário Geral - *Domingos de Oliveira*
Vice-Secretário Geral - *Eduardo Massa*
Secretários Coordenadores - *(Interior do Território - sigiloso)*

- *Dra. Maria de Fátima Cruz*
- *Carlos Alberto Barbosa*
- *Mateus Pereira*

5.5 Eleição da Presidência do CSP

Eleita com 69 votos favoráveis, 2 contra e 1 abstenção, a Presidência do Conselho Superior Político ficou assim constituída:

Presidente - *Engº João Viegas Carrascalão*
Vice Presidentes - *(Interior do Território - sigiloso)*
- *Dr. Francisco Nicolau*
- *Dra. Maria Helena Pires*
- *Dr. Zacarias da Costa*

5.6 Tomada de Posse

Perante o Presidente da Mesa assinaram o Termo de Posse os seguintes membros eleitos:

Da Presidência do CSP:
O Presidente João Viegas Carrascalão e os Vice Presidentes Francisco Nicolau, Milena Pires e Zacarias da Costa.

Do Secretariado Nacional:
O Secretário Geral Domingos de Oliveira, o Vice-Secretário Geral Eduardo Massa e os Secretários Coordenadores Carlos Barbosa e Mateus Pereira.

Do corpo de Conselheiros Políticos:
Fausto Soares, Simeão Madeira, Vicente Cunha, Sérgio Galucho, Lúcio da Encarnação, Áurea Valadares, Henrique Simões, Francisco Carvalheira, Flávio Soares, Antonino Tavares, Manuel Soares e Celeste Galucho.

Do corpo permanente do CJN:
O Conselheiro Nacional António Nascimento e os Vice-Conselheiros Nacionais Jaime Santos e José Barreto Martins.

NOTA - Todos os restantes membros eleitos que não assinaram não estavam presentes por não terem participado no Congresso.

VI NOTAS FINAIS

Durante os trabalhos do dia 5 de Dezembro (3° dia), o Congresso decidiu encarregar os elementos da Presidência do CSP cessante de prestarem condigna recepção no aeroporto de Perth ao Sr. Embaixador Zózimo Justo da Silva, digníssimo representante de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa bem como do Governo Português.

Ainda neste dia foi aprovado um peditório aos congressistas em nome da madre italiana Hermínia para apoio do seu orfanato em Timor.

No final dos trabalhos foi dado um voto de confiança à Mesa para elaborar pós Congresso o Relatório das Conclusões, Recomendações, Moções e demais em respeito pelo que foi aprovado, tendo em consideração que todas as sessões de trabalho foram gravadas, esperando-se que esse Relatório esteja concluído até 31 de Dezembro de 1997.

VII LISTAS DE INSCRITOS NO CONGRESSO

7.1 LISTA DOS 74 DELEGADOS PARTICIPANTES

Nº	NOME	Nº	NOME	Nº	NOME
01	Domingos de Oliveira	29	Quintino Lopes	54	Áurea Valadares
02	Carlos Alb. Barbosa	30	Almério Lopes	56	Manuel Soares
03	António Nascimento	31	João Mig. Carrascalão	57	Mateus Pereira
04	Lúcio da Encarnação	32	Marcelino de Deus	58	José Barreto Martins
05	Simeão Madeira	33	Domingos Soares	59	Hélder Simões
06	Francisco Carvalheira	34	Rosário Cunha	61	Ângela Carrascalão
07	Hélder da Encarnação	35	Rosa M. Carrascalão	63	Lourenço Hornay Reis
08	Ernesto Rodrigues			64	Leopoldino Soriano
09	Sandra Rodrigues	36	Jaime do Rosário	65	Antonino Tavares
10	Francisco Gonçalves	37	Rosalino Cunha	66	Cipriano dos Reis
11	Nélia Nascimento	38	Hermelindo Rosa Lay		
12	São Madeira	39	Célia Mártires	71	Francisco Nicolau
13	Nuno Madeira	40	Marcos Varudo	72	Eduardo Massa
14	Lumena Madeira				
15	Pedro Barbosa	41	Carlos Gonçalves	73	José Carlos Sequeira
16	João Soares	42	Maria A. Gonçalves	74	Manuel Carrascalão
17	Graça Ferreira	43	Tsui Heitor	75	Natalino Cunha
18	Manuel Ferreira			76	Maria Gabriela Heard
19	Carolina N. Ferreira	44	Fernanda Tinoco	77	Carolino Sousa
20	Diogo Fernandes	45	José Luís Valadares	78	Francisco Miranda
21	Fernando Nascimento	46	Joaquim Soares	79	Florindo Lemos
22	Ana Cunha	47	Henrique Simões	80	Gabriel Martins
		48	Carla Tinoco	81	Filomeno M. Pereira
24	João V. Carrascalão			82	Mário Aquino Gonç.
25	Fausto Soares	49	Jaime Santos	86	Sérgio Galucho
26	Flávio Soares	50	Zacarias da Costa	87	Celeste F. Galucho
27	Maria Fern. Soares	51	Maria Helena Pires	88	Aquino da Silva

7.2 LISTA GERAL DE INSCRITOS

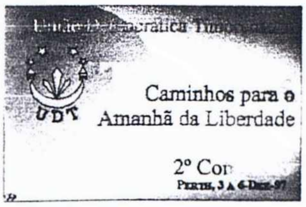
NUM	NOME	
01	Domingos de Oliveira	**DEL**
02	Carlos Alberto Barbosa	**DEL**
03	António Nascimento	**DEL**
04	Lúcio da Encarnação	**DEL**
05	Simeão Madeira	**DEL**
06	Francisco Carvalheira	**DEL**
07	Helder da Encarnação	**DEL**
08	Ernesto Rodrigues	**DEL**
09	Sandra Rodrigues	**DEL**
10	Francisco Gonçalves	**DEL**
11	Nélia Nascimento	**DEL**
12	São Madeira	**DEL**
13	Nuno Madeira	**DEL**
14	Lumena Madeira	**DEL**
15	Pedro Barbosa	**DEL**
16	João Soares	**DEL**
17	Graça Ferreira	**DEL**
18	Manuel Ferreira	**DEL**
19	Carolina Nasc. Ferreira	**DEL**
20	Diogo Fernandes	**DEL**
21	Fernando Nascimento	**DEL**
22	Ana Cunha	**DEL**
23	Helder E. Santo	**OBS**
24	João Veigas Carrascalão	**DEL**
25	Fausto Soares	**DEL**
26	Flávio Soares	**DEL**
27	Maria Fernanda Soares	**DEL**
28	António Carvalho	**N/COMP**
29	Quintino Lopes	**DEL**
30	Almério Lopes	**DEL**
31	João Miguel Carrascalão	**DEL**
32	Marcelino de Deus	**DEL**
33	Domingos Soares	**DEL**
34	Rosário Cunha	**DEL**
35	Rosa Maria Carrascalão	**DEL**
36	Jaime do Rosário	**DEL**
37	Rosalino Cunha	**DEL**
38	Hermelindo Rosa Lay	**DEL**
39	Célia Mártires	**DEL**
40	Marcos Varudo	**DEL**
41	Carlos Gonçalves	**DEL**
42	Maria Alice Gonçalves	**DEL**
43	Tsui Heitor	**DEL**
44	Fernanda Tinoco	**DEL**
45	José Luís Valadares	**DEL**
46	Joaquim Soares	**DEL**
47	Henrique Simões	**DEL**
48	Carla Tinoco	**DEL**
49	Jaime Santos	**DEL**
50	Zacarias da Costa	**DEL**
51	Maria Helena Pires	**DEL**
52	Loro Horta	**N/COMP**
53	Alfredo Silva	**N/COMP**
54	Áurea Valadares	**DEL**
55	Alexandra Reis	**N/COMP**
56	Manuel Soares	**DEL**
57	Mateus Pereira	**DEL**
58	José Barreto Martins	**DEL**
59	Helder Simões	**DEL**
60	Augusto Tam	**N/COMP**
61	Ângela Carrascalão	**DEL**
62	João Paulo Esperança	**N/COMP**
63	Lourenço Hornay dos Reis	**DEL**
64	Leopoldino Soriano	**DEL**
65	Antonino Tavares	**DEL**
66	Cipriano dos Reis	**DEL**
67	Felícia Madeira	**N/COMP**
68	Levi Corte Real	**N/COMP**
69	Paula Reis	**N/COMP**
70	Pascalina Cabral	**N/COMP**
71	Francisco Nicolau	**DEL**
72	Eduardo Massa	**DEL**
73	Carlos Sequeira	**DEL**
74	Manuel Veigas Carrascalão Jr.	**DEL**

NUM	NOME	
75	Natalino Cunha	**DEL**
76	Maria Gabriela Heard	**DEL**
77	Carolino Sousa	**DEL**
78	Francisco Miranda	**DEL**
79	Florindo Lemos	**DEL**
80	Gabriel Martins	**DEL**
81	Filomeno Manuel Pereira	**DEL**
82	Mário Aquino Gonçalves	**DEL**
83	Nuno Castro Ferreira	**OCS**
84	Alfredo Leite	**OCS**
85	Fátima Mártires	**OBS**
86	Sérgio Galucho	**DEL**
87	Celeste Florindo Galucho	**DEL**
88	Aquino da Silva	**DEL**
89	Leopoldina Oliveira	**OBS**
90	Alzira Carvalheira	**OBS**
91	Les Rochester	**OCS**
92	António Sampaio	**OCS**
93	Manuel Veigas Carrascalão	**OBS**
94	Terezinha Madeira	**OBS**
95	Matias Madeira	**OBS**
96	Mário de Assis	**OBS**
97	Ivone Madeira	**OBS**
98	Romana Barbosa	**OBS**
99	Modesta Neves	**OBS**
100	ABC Radio	**OCS**

DEL - Delegado
OBS - Observador
OCS - Órgãos de Comunicação Social
N/COMP - Não compareceu ao Congresso

União Democrática Timorense

Partido Político Timorense
Fundado em Díli a 11/Maio/1974


Caminhos para o Amanhã da Liberdade
2º Con
Perth, 3 a 6-Dez-97

Membros dos Órgãos Nacionais
eleitos no II Congresso Nacional

CSP - CONSELHO SUPERIOR POLÍTICO (26)

Presidência (5):

Presidente- *Eng. João Viegas Carrascalão*
Vice-Presidentes- - (Interior)
- *Dr. Francisco Ly Assis Nicolau*
- *Dra. Maria Helena Pires*
- *Dr. Zacarias da Costa*

Secretariado Nacional (6):

Secretário Geral- *Domingos de Oliveira*
Vice-Secretário Geral- *Eduardo Sanches Massa*
Secretários Coordenadores- (Interior)
- *Carlos Alberto Barbosa*
- *Mateus Pereira*
- *Dr. José Carlos Sequeira**

Conselheiros Políticos (15):

- *Fausto do Carmo Soares*
- *Simeão Madeira*
- *João Saldanha de Melo*
- *Vicente do Rosário Cunha*
- *Sérgio Galucho*
- *Lúcio da Encarnação*
- *Isabel Vidigal*
- *Celeste Galucho*
- *Áurea Valadares*
- *Henrique Simões*
- *Francisco Carvalheira*
- *Ilda Filipe*
- *Flávio Soares*
- *Antonino Tavares*
- *Manuel Soares*

CJN - CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Corpo permanente (3):

Conselheiro Nacional- *António Sousa Nascimento*
Vice-Conselheiros Nacionais- *Jaime Santos*
- *José Barreto Martins*

**Nota - Ao abrigo da alínea c) do Artigo 16º dos Estatutos, o Dr. José Carlos Sequeira foi nomeado Secretário Coordenador por impedimento da Dra. Maria de Fátima Cruz, eleita neste Congresso.*